



Do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade

Josinês Rabelo*

É comum, nos dias atuais encontrarmos, nos meios de comunicação, notícias com os termos meio ambiente, sustentabilidade, aquecimento global, impactos ambientais, educação ambiental, entre outros. Isso se dá devido à necessidade de se pensar saídas para essa degradação produzida pela ação humana e pelo nosso modelo de desenvolvimento.

No entanto, a solução para o problema ambiental não pode levar em consideração apenas a degradação do ambiente físico e biológico, mas deve incorporar dimensões sociais, políticas e culturais, como pobreza, saúde, segurança alimentar, democracia, desemprego, direitos humanos e outras questões atuais. Tudo isso levando em conta um desenvolvimento que busque alternativas de proteção socioambiental de dimensão planetária.

Nesse contexto, o debate sobre a questão socioambiental deverá incluir as demandas das mulheres, dos jovens, dos idosos, das crianças, dos negros, dos homossexuais, das populações dos países do Sul do Globo e outras minorias por meio da participação nas decisões que definem a sobrevivência no planeta. É o que vem sendo chamado de Desenvolvimento Sustentável (DS).

O discurso sobre o DS apoia-se na ideia de interdependência entre tudo o que existe e objetiva enfrentar os complexos fatores que ameaçam a vida, incentivando ações para superar essas ameaças, bem como para despertar em cada indivíduo a responsabilidade e a participação nas decisões que um modelo de desenvolvimento mais humano impõe.

O conceito de DS está sistematizado de forma mais explícita nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, especialmente num artigo de 1976 considerado um clássico e intitulado *Environment and styles of development*.

Nesse artigo, o autor aprofunda a discussão do ecodesenvolvimento, ressaltando que, além da preocupação com o meio ambiente, é preciso incorporar a satisfação das



necessidades básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, a elaboração de um sistema que garanta o emprego, a segurança social e o respeito à cultura e programas de educação.

Em 1983, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas criou uma comissão presidida por Gro Brundtland com o objetivo de encontrar alternativas inovadoras para conciliar questões ambientais e modelos de desenvolvimento. A Comissão Brundtland, embora tendo se apoiado nas ideias de Sachs, tinha uma concepção diferente, visto que retirou o conteúdo emancipador do ecodesenvolvimento.

Mesmo mantendo a ideia de articular crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, as prioridades e arranjos políticos-institucionais da Comis-

são Brundtland foram diferentes. A Comissão deu ênfase à economia e à tecnologia, propondo uma perspectiva conciliadora que despolitiza a ideia de desenvolvimento sustentável de Sachs.

De acordo com Moacir Gadotti, educador brasileiro, mesmo com essas ambiguidades, o conceito de DS tem um componente educativo que deve ser valorizado: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e essa, por sua vez, depende da educação. O conceito de DS que ficou mais conhecido foi o da Comissão Brundtland no seu relatório final intitulado “Nosso Futuro Comum”, como o desenvolvimento que satisfaz às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades.

Assim, o conceito de DS passou a ser um substituto do conceito de desenvolvimento econômico e a ser utilizado em sentido amplo, tornando-se um conceito pronunciado por diferentes sujeitos nos mais diversos contextos sociais, com sentidos múltiplos. Desse modo, esse conceito foi apropriado por diferentes forças sociais que passaram a dar o significado que melhor expressa seus interesses.

A propagação desse conceito chamou a atenção de vários campos do saber, entre os quais destaca a educação. As agências internacionais, ONGs e políticas públicas dirigidas à educação, ao desenvolvimento e à questão ambiental passaram a substituir a concepção de educação ambiental (EA) para uma proposta de educação para a sustentabilidade. Isso pode ser observado nas conferências e documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na Agenda 21, proposta na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), em diversas políticas educacionais de países da União Europeia, bem como nas produções acadêmicas internacionais e, posteriormente, esse discurso foi incorporado nos debates em outros países centrais e periféricos.

O conceito de DS criou as bases para a cooperação internacional a partir da adoção de novos princípios, tais como o de responsabilidades comuns e de convenções, a exemplo das convenções sobre mudanças climáticas e sobre diversidade biológica. Dessa forma, estabeleceu-se um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global. Nesse processo, destaca-se a importância da participação da comunidade científica, sobretudo para a adoção da Convenção sobre Mudanças Climáticas. Faz-se mister ressaltar que a Rio-92 iniciou um processo de governança propiciando a criação de instrumentos de gestão que

(Foto: André Rego Barros/Fotos Públicas)



“O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem um componente educativo que deve ser valorizado: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e essa, por sua vez, depende da educação”.

influenciaram a elaboração de políticas públicas de alguns países, contribuindo para a sociedade perceber a interdependência entre as dimensões ambientais, sociais e econômicas do desenvolvimento.

“É importante destacar que os Estados-nações possuem interesses divergentes e é difícil aglutinar forças para redefinir as ações da comunidade internacional e evitar a multiplicação de ameaças em escala global dos impactos das alterações climáticas”


Ainda em 1992, foi criada, pela ONU, a Comissão sobre Governança Global com o objetivo de trabalhar o fortalecimento da cooperação global visando à segurança do planeta, através de ações sustentáveis para a promoção da democracia e garantia dos direitos humanos. Em 2012, o documento final da Conferência das Nações Uni-

das sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 norteia a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O documento final da Rio+20 “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” consiste numa declaração de 17 objetivos e 169 metas. A Agenda identifica os meios para a implementação, o estabelecimento de parcerias globais dos objetivos estabelecidos. Além disso propõe também a forma de acompanhamento e de revisão da Agenda integrando as três dimensões do DS: a econômica, a social e a ambiental. Em linhas gerais, a Agenda busca fortalecer a paz e a erradicação da pobreza extrema, que é apresentada como o maior desafio global para DS.

Em 2013, começou a ser gestado um novo acordo global, que foi aprovado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. A implementação do Desenvolvimento Sustentável requer uma parceria entre os diversos países, de modo que todos eles cumpram os seus compromissos mediante uma distribuição equitativa de responsabilidades, a fim de que os países mais ricos assumam compromissos maiores do que os países pobres.

É importante destacar que os Estados-nações possuem interesses divergentes e é difícil aglutinar forças para re-



“David Harvey ressalta que os problemas ambientais atuais foram criados pela ascensão do capitalismo e são identificados pelo autor como um processo de destruição criativa sobre a terra, conformando uma natureza remodelada pela ação humana, a ‘segunda natureza’”

definir as ações da comunidade internacional e evitar a multiplicação de ameaças em escala global dos impactos das alterações climáticas, por exemplo. Uma justificativa para esse quadro pode residir na forma de como questões ambientais são tratadas em nível global que tende a priorizar as questões dos países do hemisfério Norte em detrimento das do Sul.

As preocupações dos países do Sul são mais imediatas e associadas às políticas de acesso aos bens de cidadania como a saúde, habitação, segurança alimentar, entre outras, e que não têm visibilidade na agenda dos países desenvolvidos. A invisibilidade das questões ambientais dos países do Sul está relacionada à relação de poder Norte-Sul que define quem estabelece a agenda ambiental global.

Os problemas ambientais manifestam-se de forma desigual nos países ricos e nos países mais pobres, visto que nem todos são atingidos da mesma forma pelos impactos do crescimento. Em seu livro “O enigma do capital e as crises do capitalismo” (2011), David Harvey ressalta que os problemas ambientais atuais foram criados pela ascensão do capitalismo, e são identificados pelo autor como um processo de destruição criativa sobre a terra, conformando uma natureza remodelada pela ação humana, a “segunda natureza”.

Na lógica da acumulação vigente, os recursos naturais (água, solo, energia, entre outros) valem mais e tanto quanto um exército de mão de obra a ser explorada. Os países em desenvolvimento incentivam o deslocamento de indústrias transnacionais poluidoras que consomem grande volume de água e energia nos seus processos de produção e produzem resíduos tóxicos. Essas corporações quando se instalam em determinados territórios não consideram as populações que vivem nesses lugares.

É importante destacar que, no contexto da discussão do conceito de DS, é comum a utilização do termo sustentabilidade como seu sinônimo. O que não é correto. O Desenvolvimento Sustentável reconcilia o desenvolvimento econômico com a necessidade de preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade se refere à manutenção do ambiente. Nessa direção, o DS é um processo que tem como fim a sustentabilidade. Essa distinção está inserida numa discussão ideológica que remete à reflexão sobre o futuro ou sobre como as ações presentes impactam o futuro. Mas sobre este tema trataremos em um artigo da próxima edição de Pano de Fundo. ■

*Assistente Social com mestrado e doutorado em desenvolvimento urbano e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces

(Foto: Rafael Neddermeyer/ Fotos Públicas)

